

ACTA N.º 23

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE 03-11-2011

Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr.ª Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Dr.ª Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Dr. João Francisco Carvalho Sousa e Dr.ª Helena Maria de Oliveira Dias Libório, Dr. José Manuel Gaspar Martins.

Pelas 20:38, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

FALTAS

Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do Sr. Vereador Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira.

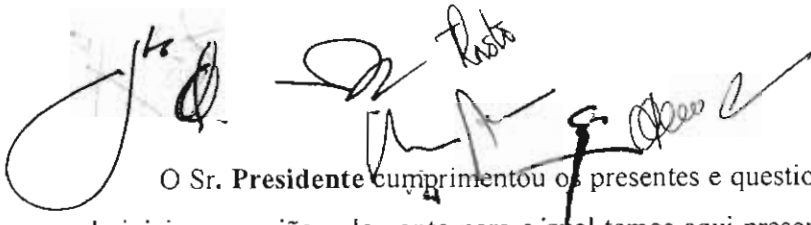
APROVAÇÃO DAS ACTAS

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 22.

SALDO DE GERÊNCIA

A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 22, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		6.986.795,54€	Total das Despesas Orçamentais		35.526.554,74€
Execução Orçamental	6.532.941,29€		Despesas Correntes	24.108.513,51€	
Operações de Tesouraria	453.854,25€		Despesas de Capital	11.418.041,23€	
Total das Receitas Orçamentais		34.706.971,39€	Operações de Tesouraria		2.377.743,55€
Receitas Correntes	28.734.069,40€		Saldo para o Dia Seguinte		6.175.573,66€
Receitas de Capital	5.971.371,47€		Execução Orçamental	5.713.357,94€	
Receitas Outras	1.530,52€		Operações de Tesouraria	462.215,72€	
Operações de Tesouraria		2.386.105,02€			
Total...		44.079.871,95€	Total...		44.079.871,95€



O Sr. **Presidente** cumprimentou os presentes e questionou os Senhores Vereadores sobre a possibilidade de iniciar a reunião pelo ponto para o qual temos aqui presente a Dr.<sup>a</sup> Teresa Nogueira. Como não se verificou qualquer oposição, deu a palavra à Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Nolasco.

### **BIBLIOTECAS E ARQUIVO MUNICIPAL**

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Nolasco apresentou a Dr.<sup>a</sup> Teresa Nogueira, Técnica Superior da Biblioteca Municipal e mentora do Projecto " Lugares das Histórias" - Aprovado pelo programa de Apoio a Projectos de Promoção de Leitura em Bibliotecas Públicas - 2011 da Fundação Calouste Gulbenkian, e explicou detalhadamente o mesmo.

A Biblioteca Municipal de Aveiro, através do projecto "Lugares das Histórias", irá trabalhar com 45 crianças de etnia cigana de duas turmas: uma da Escola da Quinta do Simão e outra da Escola da Glória. Contará, ainda, com o apoio de três professores.

Este projecto municipal, com o orçamento de 15 mil euros, tem o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, na ordem dos 10 mil euros, para a aquisição de fundos documentais vocacionados para a multiculturalidade e insere-se no Programa de Apoio a Projectos de Promoção da Leitura em Bibliotecas Públicas.

Serão trabalhadas três obras: "Histórias com direitos"; "O burro Eleutério e o lobo selvagem" e "Élia a elefanta elegante".

"Lugares das Histórias" visa promover diferentes acções que contribuam para a diminuição da iliteracia junto das minorias étnica, desenvolver contextos de diálogo intercultural, respeitando diferentes culturas no cumprimento dos Direitos da Criança. Despertar competências e vivências positivas de cidadania, envolver e sensibilizar para a valorização da multiculturalidade, crianças, famílias e comunidade educativa e promoção do livro e da leitura colmatando alguma escassez de recursos nas comunidades inais desfavorecidas são outros dos pressupostos a atingir com este projecto.

Durante o projecto, será construído um núcleo bibliográfico nas áreas da multiculturalidade e dos Direitos da Criança para, através de um sistema de itinerância, servir o concelho de Aveiro e, posteriormente, outros municípios. Será editado um livro que permita partilhar as experiências das crianças envolvidas que serão disseminadas, também, através de diferentes formas e meios.

Os Agrupamentos de Escolas de Aveiro e Esgueira, o Projecto Multisendas da Cáritas Diocesana e a Universidade de Aveiro – Departamento de Ciências da Educação, estão igualmente envolvidos no projecto.

### ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA***

#### ***Período de Intervenção do Público***

O Senhor Presidente, atendendo ao adiantado da hora propôs que se procedesse de imediato ao período de intervenção do público, o que foi aceite por todos.

O Sr. **Pinto** apresentou algumas queixas sobre alguns locais de Aveiro, destacando a necessidade de melhorar a manutenção do Estádio Municipal, que carece especialmente de nova pintura. Sobre a estátua do Premio Nobel de Medicina, Dr. Egas Moniz, disse estar mal cuidada e situada em local de pouca importância. Alertou para problemas

com os candeeiros da Praça Melo Freitas e também com outros na Cidade. Sugeriu que haja policiamento noite e dia onde estejam instaladas repartições públicas, estabelecimentos bancários, hotéis e ourivesarias.

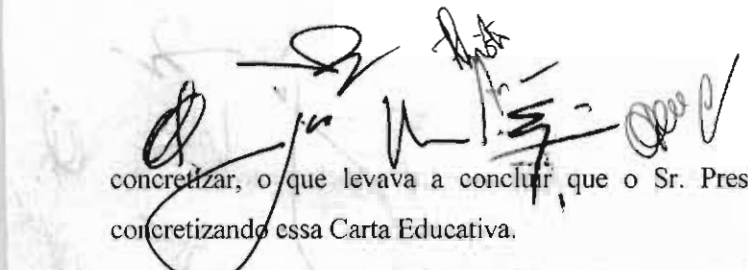
#### *Intervenção dos Srs. Vereadores*

A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Helena Libório informou à CMA que o PS iria desencadear diligências junto à presidência da Assembleia Municipal com à realização de uma reunião extraordinária para analisar e tomar providências sobre 2 assuntos: Proposta de encerramento da Linha do Vouga e início da discussão e aprovação da constituição de uma comissão eventual de análise da proposta do Governo da reforma da administração local. Reafirmou, assim, a posição do PS contra o encerramento daquela linha. Também quis saber se já havia qualquer resposta do Governo, a respeito do questionamento feito sobre o assunto pela CMA. Disse, também, que seria pedido o agendamento de um ponto para a próxima reunião sobre essa reforma da administração local.

Solicitou ainda informações sobre as transferências de verbas para as juntas de freguesia, considerando as verbas inscritas somente no orçamento para 2011, separadamente por junta, excluindo verbas de 2010 que possam ter sido transferidas em 2011.

Relativamente à Carta Educativa, citou a recente conferência de imprensa em que o Sr. Presidente fez um balanço dos 2 anos deste mandato, quando disse que ao fim do mandato deixará 5 centros escolares concluídos, mas que é sua visão que deixará apenas 5 escolas requalificadas, se forem efectivadas as obras que ainda nem começaram. Tira daí a conclusão de que não pretende cumprir o disposto na Carta Educativa, uma vez que são previstas mais unidades além das 5 anunciadas, até porque a Carta tem uma vigência, que está a terminar. Lembrou a afirmação do Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira de que estava para ser iniciada a monitorização desta Carta, mas que ainda não se conhecia esse processo. Lembrou que o Executivo teve mecanismos não aproveitados para concretizar essa Carta: os mecanismos disponibilizados pelos 2 mandatos do Governo socialista e a disponibilização de verbas através do QREN. E que houve muitos municípios que aproveitaram esses mecanismos e que hoje têm escolas modernas e funcionais, com ensino de qualidade. Disse que Aveiro só havia perdido tempo em discutir uma parceria público-privada, que teve como consequência a manutenção de uma rede de escolas e de jardins-de-infância completamente degradados e incapazes de responderem às actuais exigências da educação pré-escolar e do 1º ciclo.

Acrescentou que o Sr. Presidente referiu naquela conferência que nos mandatos anteriores aos seus nada fora feito, mas lembrou ao Sr. Presidente de que não havia Carta Educativa, na altura, mas que este recebera uma Carta Educativa já pronta a ser executada e que deixou passar 2 anos para submetê-la à aprovação. Disse que, nos anteriores mandatos, mesmo sem financiamento, haviam sido feitas obras de requalificação em várias escolas e jardins-de-infância, e algumas até construídas de raiz, ao contrário destes últimos 6 anos, com todas as condições e financiamentos, em que nada acontecera. Referiu que, até ao presente, só há a escola de São Bernardo, que já existia anteriormente, na qual foram feitas obras de requalificação, que a aproximaram do que se entende hoje por um centro escolar, mas que não respondia sequer às necessidades de São Bernardo, e que havia a escola de Verdemilho, que igualmente não respondia às necessidades de Aradas, além das candidaturas de requalificação de algumas outras escolas que já existiam há muitos anos. Disse que as escolas de Cacia estão completamente degradadas, que não havia solução para as escolas de Azurva, nem para as da freguesia de Esgueira. Portanto, a Carta Educativa estava por



concretizar, o que levava a concluir que o Sr. Presidente se dava por satisfeito em concluir 5 escolas, não concretizando essa Carta Educativa.

O Sr. **Vereador Dr. João Sousa** fez o ponto de situação sobre duas questões, uma relacionada com os relatórios da AEVA, de 2008 e 2009, e a outra sobre o contrato celebrado com a Universidade de Aveiro sobre o estudo de ordenamento da Av. Dr. Lourenço Peixinho. Ambos os documentos ainda não tinham sido facultados apesar dos sucessivos pedidos formulados.

De seguida reafirmou a posição do PS contrária à construção da ponte sobre o Canal Central e da ponte de ligação do Parque Infante D. Pedro à Baixa de Santo António, em resultado da posição recentemente assumida pelo Sr. Presidente de que a primeira era para avançar, sem mais qualquer discussão. Alertou para o descontentamento que tal decisão suscitou em muitos aveirenses, que se manifestaram contrários à sua construção. No seu entendimento a sua construção sobre o Canal Central altera o delineado pelo Programa Polis, sendo a sua concretização um grave erro sem que estejam concluídos os estudos sobre a Av. Dr. Lourenço Peixinho. Lembrou a recente posição de uma insigne figura do PPD, o professor António Nogueira Leite, expressa em sítio da Internet, contrário à construção e que disse: *“É absolutamente inexplicável, numa altura que em muitas vias da parte rural do Concelho se recomende o uso de Jeeps, Pick-ups e quiçá carros com lagartas, e absolutamente inútil. Não comentei as contratações no início do ano, com uma Câmara falida e com excesso de pessoal, mas estamos a passar do despesismo desbragado ao surreal”*.

No seu entendimento não é só a oposição que se mostra contrária à construção, pois militantes de referência do principal partido que sustenta a coligação que governa a Câmara de Aveiro partilham da mesma opinião.

Solicitou ainda informações sobre eventuais pedidos de esclarecimento adicionais do Tribunal de Contas, sobre os vistos inerentes aos processos de adjudicação das pontes indicadas.

Também solicitou ser esclarecido se a conferência de imprensa promovida na segunda-feira anterior, sobre o balanço do segundo ano de mandato do actual executivo, o fora pela maioria PPD-PP ou pela Câmara.

A Sr.<sup>a</sup> **Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves**, referindo-se aos 2 anos de mandato, e considerando que se está a viver numa democracia, esperava que todos os Vereadores tivessem sido chamados para, senão para a conferência de imprensa, pelo menos para a visita às obras que estão a ser executadas no Município.

Referiu que haviam decorrido conferências com o Secretário de Estado da Administração Local, em que participou o Dr. Armando Vieira, Presidente da ANAFRE, sem que tivesse estado presente qualquer membro do Executivo. Disse que o Sr. Secretário informou que enviara correspondência à CMA a solicitar propostas e contributos no âmbito da reforma da administração local. Solicitou, sobre o assunto, informações se existe ou não algum grupo de trabalho e se já havia propostas de alterações.

O Sr. **Presidente** disse que não dispunha de dados relativamente aos valores sobre as Freguesias, com os pormenores de cada uma delas de 2010/2011, mas tão logo possível seriam facultados.

Relativamente a Educação, considerando a extensão e a profundidade das questões, disse que posteriormente seria dada por escrito as informações objectivas sobre cada um dos pontos abordados pela Sra. Vereadora Dr.<sup>a</sup> Helena Libório.

Relativamente às afirmações produzidas por alguém de grande relevo, em que uma delas se referia ao excesso de pessoal, disse que teve acesso a dados de um estudo produzido por um órgão de comunicação social, no qual, em termos absolutos, constava que o Município de Aveiro foi o Município, em todo o país, que mais reduziu o número de funcionários. Lembrou que Aveiro tem um índice *per capita* de 7 funcionários por 1.000 habitantes, enquanto que há municípios no Distrito com índices de 10, 12, 15 e, no país, com índices de 20, 30, 40, havendo mesmo um caso de 60 por mil. Por isso, julgava que opiniões que fogem à verdade dos factos levam a que se desvalorizem outras emitidas pela mesma fonte sobre outros temas.

Quanto à conferência de imprensa, lembrou que esta decorreu dentro de um espaço privado, por se tratar de espaço no Centro Cultural e de Congressos, concessionado a um restaurante.

O Sr. Vereador Eng.º Carlos Santos agradeceu aos Vereadores do PS o apoio à intenção de impedir o encerramento da Linha do Vouga, no que a CMA está envidando esforços com este objectivo.

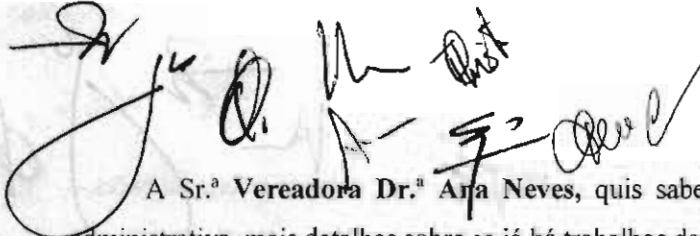
Disse que a CMA já participou em 2 debates com o Sr. Secretário de Estado sobre a reforma administrativa, assim como estariam no dia seguinte com a ANAFRE para debater sobre o tema. Lembrou que a 1.ª vez que ouviu falar sobre a reforma foi pela voz do Secretário de Estado José Junqueiro, numa conferência em Cascais, em Novembro de 2010, que dizia estar a decorrer um processo de alterações ao elevado número de freguesias. Referiu que esse processo havia sido iniciado pelo PS, que depois não continuou.

Sobre a ponte, que alguns gostam e outros não, disse que será financiada em 80%. Será construída em betão branco, com guardas em aço inox, com muita transparência, tendo sido todas as opções adoptadas para causar o mínimo impacto visual possível, por se tratar de uma zona tão delicada da Cidade de Aveiro. É um impacto reduzido porque as rampas são sobre o plano de água, não interferindo com os planos do Programa Polis nem se inscreve nas áreas condicionadas por regulamentos.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa disse que não colocava em causa a legitimidade da maioria para tomar a decisão da construção da ponte, mas entendia que a ocorrer era um atentado à memória visual, afectiva e patrimonial dos aveirenses. Os Vereadores do PS consideram ser esta ponte atentatória aos valores e à imagem de Aveiro.

Sobre a conferência de imprensa, não se sentiu esclarecido, pois perguntara se esta havia sido promovida pelo PPD-PP ou pela CMA e ficou sem resposta. E sobre a pergunta perspectivou duas respostas: Primeira, se foi promovida pela CMA, os nove Vereadores deveriam ter sido convidados, o que não aconteceu. Se foi pela CMA, quis os motivos que motivaram a presença dos Presidentes das Concelhias do PPD e do PP? Se foi pelo PPD-PP, questionava a utilização de meios da CMA, nomeadamente do autocarro da MoveAveiro e dos meios audiovisuais afectos ao Município, para preparar uma reportagem disponibilizada em endereço electrónico propriedade da CMA.

O Sr. Vereador Eng.º Carlos Santos esclareceu que a maioria fez uma conferência com os seus Vereadores e os presidentes das concelhias, que considerou normal, e até comparando com idêntica situação ocorrida durante um mandato anterior na CMA, que era presidida por membro do PS, e esclareceu que não integrou a comitiva, que utilizou o autocarro, qualquer profissional de comunicação estranho à CMA, o que foi reafirmado pelo Sr. Presidente.



A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves, quis saber do Sr. Vereador Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos, quanto à reforma administrativa, mais detalhes sobre se já há trabalhos desenvolvidos.

O Sr. Vereador. Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos disse que já haviam sido desenvolvidos, por unidade da CMA destinada para o efeito, alguns estudos visando a elaboração de propostas e sugestões, algumas já apresentadas nas reuniões promovidas pela Secretaria de Estado, inclusive fruto de debates com as freguesias do Concelho.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

### CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente informou que este ponto, “Análise e discussão do Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação” foi agendado a pedido do Partido Socialista.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa disse que, em relação ao agendamento deste ponto, tomaram conhecimento da celebração deste contrato de prestação de serviços de comunicação por acesso ao portal da contratação pública, ou seja à listagem dos contractos celebrados pelas instituições públicas e pelas Autarquias. Pensa que o contrato está dentro das competências de decisão do Sr. Presidente mas entendem que, na actual situação de contenção de custos e de rigor financeiro, ficaram surpreendidos com a sua celebração, que atinge um valor global de 72.000,00€.

Esta foi a única informação que recolheram, tendo agendado este ponto na Ordem de Trabalhos no sentido de obterem, por parte do Sr. Presidente, informações em relação à celebração, aos motivos que lhe deram origem e ao valor envolvido no contrato, nomeadamente e confirmação do valor do contrato, se são 24.000,00€ ou 72.000,00€. A necessidade do agendamento resulta da não disponibilização por parte do Sr. Presidente de nenhuma informação sobre o assunto, tendo o seu conhecimento ocorrido por um mero acaso.

O Sr. Presidente disse que o prazo de execução que consta no contrato é de 12 meses, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011, com possibilidade de renovação, se não for renunciado por qualquer uma das partes com 30 dias de antecedência. Com esta questão da renovação pretendeu-se uma forma de assegurar que, no caso deste processo, as condições se manteriam para o Município. Assim, será para continuar, mas se a avaliação que for feita for negativa ou não for positiva, naturalmente que o processo pára. Parece-nos que está bem acautelado.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa referiu que, pelo que analisou no portal, o valor consignado para o contrato são 72.000,00€, o que leva a compromissos para exercícios futuros, pois são gastos que aparecem associados aos anos de 2013 e 2014. Ocorre assim uma discrepância entre o que diz a o Sr. Presidente da Câmara e o que aparece inserido no portal da contratação pública. O valor do contrato são 24.000 € ou 72.000 €, perguntou.

O Sr. Presidente explica melhor dizendo, de novo, que o prazo de execução da presente prestação é de 12 meses. Poderá ser renovada por mais 2 vezes. Contudo, diz não saber qual o valor por que está cabimentado.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa referiu que, pelo que viu no portal, o valor consignado para o contrato são 72.000,00€, o que leva a compromissos para exercícios futuros, pois são gastos que aparecem associados aos anos de 2013 e 2014. Por isto, de alguma maneira, esta razão da questão. Disse, também, que gostava de saber se o que está presente aqui será uma posição da Autarquia na área da utilização dos meios de comunicação para divulgação das actividades. E, repete, não tiveram acesso à documentação.

O Sr. **Presidente** referiu que, relativamente à cabimentação, vai confirmar a questão, saber qual o valor que está no cabimento. Em relação a este contrato que a Câmara celebrou com a LocalVisão, é um contrato de prestação de serviços em espaço televisivo, pelo período de um ano e pelo valor mensal de 2.000,00€. Disse ainda que: - *Os serviços contratados incluem: garantia de cobertura de todos os eventos para os quais a autarquia convide a Comunicação Social; exibição, nos canais do concelho (por exemplo, GAI e Parque da Sustentabilidade), das reportagens efectuadas e notícias produzidas; por cada concelho estão em funcionamento duas plataformas na internet, uma acessível através do endereço <http://www.localvisao.tv> e outra, com todo o arquivo, através de <http://videos.sapo.pt/localvisao/ultimos>; disponibilização dos principais conteúdos nas plataformas de televisão por subscrição (vulgo televisão por cabo) com as quais haja acordo no momento (desde Outubro passado na ZON TVCabo, desde Janeiro na Vodafone e muito em breve no MEO, Cabovisão e Optimus Clix); conteúdos inseridos na programação do Corporate Tv da ZON (já disponível na Rede Expresso), com produção de programas específicos para este suporte; os conteúdos no cabo estão agrupados por região e ficam permanentemente disponíveis (modo on demand); todos os conteúdos produzidos sobre o concelho serão convertidos para um formato que permite a visualização nos Smartphones (iPhone incluído); adaptação de conteúdos para outros suportes vídeo de que o município disponha; cedência das imagens para arquivo do Município, que sairá enriquecido com a possibilidade de agregação de conteúdos em DVD ou outro suporte, físico ou virtual, de forma a documentar mandatos, épocas ou eventos específicos; disponibilização de links e formatos de inserção em blogs e sites; inserção de notícias e reportagens em redes sociais, nomeadamente no Facebook, tendo a LocalVisão páginas por distrito, com várias dezenas de milhares de seguidores; possibilidade de todos os conteúdos poderem ser reenviados por email para eventuais amigos, seguidores, munícipes, etc., apenas com a indicação de um link; destaque na plataforma SAPO.PT (Grupo PT), parceiro LocalVisão que exhibe também os conteúdos que produzimos em diversos dos seus portais (Sapo Local, por exemplo); todos os vídeos que produzimos estão também disponíveis nas plataformas que o portal sapo criou em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Timor-leste; produção e exibição de spots publicitários para eventos promovidos pela autarquia; produção de outros materiais em vídeo considerados necessários pela autarquia (por exemplo, depoimentos, reportagem, filmes temáticos de curta duração).*

Continuando a explicação, o Sr. Presidente disse que a decisão que houve de contratar estes serviços, no essencial, foi uma opção estratégica, pois a competitividade de uma cidade passa muito pela imagem que consiga transmitir, pelo que o cuidado que devemos ter com este suporte deve ser máximo. Por isso, uma parceria que assegura o profissionalismo, o rigor e a qualidade dos produtos executados. Recentes e avultados investimentos industriais captados por Aveiro foram, com certeza, também motivados pela imagem que se tem conseguido transmitir de uma cidade boa para viver, com qualidade de vida elevada e acesso a diversos e qualificados equipamentos de lazer e cultura. O mesmo reflexo tem tido em termos turísticos com o destino "Aveiro" a registar uma procura anual crescente e um tempo de estadia média cada vez mais prolongado. O futuro dos municípios depende da sua promoção que se estriba na comunicação. Recorrer aos novos dispositivos, aos novos meios tecnológicos de interacção social, é dar o salto para a salvaguarda da comunicação autárquica. Este avanço vale pela mensagem de modernidade mas, acima de tudo, porque está ao serviço da alta actividade, do investimento e do turismo para Aveiro. Acresce ainda renovar que, com esta contratação, a LocalVisão escolheu o município de Aveiro

*Dr. Sousa*  
*Dr. Sousa*  
*Dr. Sousa*  
*Dr. Sousa*

para a sua sede, com as óbvias consequências de desenvolvimento que a presença de uma entidade desta natureza traz para o concelho, por reafirmar a sua centralidade e carácter polarizador a nível regional. A LocalVisão presta serviço à Câmara porque esta entidade, a Câmara, não dispõe de técnicos com formação em produção e pós-produção vídeo e, também, não dispõe de estúdio nem de logística para a edição de vídeo. Outro dos motivos presente nesta decisão procurou obter um efeito multiplicador, receptores que passam a emissores e as mensagens que em rede, a multiplicação das redes sociais e a réplica dos produtos de vídeo que permitem valorizar a imagem da cidade em vários lugares-chave, para os agentes económico, por exemplo, no site do turismo de Aveiro, no site do Aveiro Empreendedor, em diversos pontos no portal da Câmara, como por exemplo, no Plano Estratégico do Concelho de Aveiro, nas notícias, nas redes sociais, no facebook. E afirma parecer-lhe ser um bom negócio para a Câmara, em termos de ganhos numa economia de escala. Adquirindo e obtendo mais bens e serviços audiovisuais, a Câmara consegue um custo médio muito inferior à aquisição individual das peças audiovisuais. O orçamento de um documentário para promover o turismo em Aveiro, por exemplo, por si só ascenderia ao total anual contratualizado com a LocalVisão. Também é bom para Aveiro, como já foi referido, que a LocalVisão tenha escolhido o nosso concelho para fixar o seu espaço, ultimamente contando com os recursos humanos e técnicos e contribuindo para a economia local. Em conclusão, a parceria com a LocalVisão constitui um investimento para promover e projectar a imagem de Aveiro. Esta imagem constitui-se por várias imagens, de imagens quotidianas que formam, no seu conjunto, a narrativa de uma cidade onde é aprazível viver, em que há projectos de regeneração urbana importantes em desenvolvimento, em que a cultura, a arte e o desporto tem palcos e públicos, em que a qualificação da rede viária apoia a circulação de pessoas e bens, em que a natureza e a amabilidade das suas gentes constituem fortes atractivos para morar ou visitar Aveiro. Sem este recurso aos produtos audiovisuais, cujas potencialidades começam agora a ser mais exploradas, Aveiro ficaria para trás. Por isso, entendemos que estes 2.000,00€ por mês não são despesismo, mas são um investimento no futuro. E terminou pedindo desculpa pela exposição tão longa.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa agradeceu o esclarecimento mas, disse, teria sido mais fácil se lhe tivesse sido facultado o documento escrito. Independentemente do que o Sr. Presidente disse, congratula-se pela preocupação do município, nestes dois últimos anos de mandato, com a estratégia de comunicação. Esta está convenientemente estruturada nesses documentos, está perfeitamente evidenciada, há uma definição clara, estamos na linha da frente da divulgação e da promoção de Aveiro em termos regionais e nacionais. Da mesma forma congratula-se com o reinício da publicação do Boletim Municipal, congratula-se pela estratégia de comunicação desenvolvida pela Câmara, só que não concorda com ela.

Não concorda, independentemente de o Sr. Presidente dizer que são só 2.000,00€ por mês, atendendo aos valores que estariam envolvidos se, eventualmente fossem feitos outros vídeos promocionais. Acha que há outras prioridades e outros objectivos onde os valores envolvidos poderiam ter uma melhor utilização. Os serviços da Câmara não estão assim tão desprovidos de técnicos na área da comunicação, são quatro ou mais.

No seu entendimento tais valores poderiam ter outra utilização, nomeadamente, na área da reabilitação urbana, nos passeios e zonas de circulação que continuam num estado de enorme degradação.



Para terminar, e na sequência da sua intervenção anterior, quis realçar um ponto do texto que o Sr. Presidente leu, e que diz que a participação da LocalVisão na realização de peças audiovisuais é feita por ordem da Câmara, que posteriormente ordena a sua divulgação.

Esta constatação responde à questão anteriormente colocada. A conferência foi promovida pela Câmara, não foram convidados todos os Vereadores, foram usados meios da CMA, e indevidamente nela participaram dirigentes partidários.

### **ACCÃO CULTURAL**

Na sequência da proposta n.º 7 e no âmbito da 10.ª Bienal Internacional de Cerâmica Artística, foi deliberado, por unanimidade, aceitar a obra cerâmica “Sirvam-se” (composta por duas unidades), da Artista Marlice Ribeiro Almeida, residente em São Salvador da Baía, no Brasil.

### **BIBLIOTECAS E ARQUIVO MUNICIPAL**

No seguimento da proposta n.º 10/2011, da Divisão das Bibliotecas e Arquivo Municipal, do Departamento de Cultura e Turismo, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pela Sr.ª Vereadora Dr.ª Maria da Luz Nolasco que autorizou a cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal, nos dias 24 e 25 de Outubro, pelas 20:30 horas, à Distrital de Aveiro, do CDS/PP, com uma redução de 80% no custo do espaço, ao abrigo da alínea 1 c) do art.º 7.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

### **ACCÃO SOCIAL**

De acordo com a proposta n.º 10 da Divisão de Acção Social e Saúde Pública, do Departamento de Habitação Social e Acção Social, e após a apresentação pela Entidade Coordenadora Local da Parceria, Cáritas Diocesana de Aveiro, na pessoa de Dr.ª Carla Fernandes, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o Plano de Acção do Projecto RiAgir – Contrato Local de Desenvolvimento Social de Aveiro, decorrente da celebração do Protocolo de compromisso assinado a 26 de Agosto do corrente ano, entre o Instituto de Segurança Social, IP, a Câmara Municipal de Aveiro e a Cáritas Diocesana de Aveiro, e que tem por objectivo geral “*promover uma cultura empreendedora junto e com vários actores, através de uma acção integrada e multidimensional, com vista à capacitação e autonomia de resposta e prevenção a processos de pobreza e exclusão social*”.

### **HABITAÇÃO SOCIAL**

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Maria da Luz Nolasco deu a palavra à Dr.ª Rosa Marisa Parada Técnica Superior da Divisão de Habitação Social e ao Mediador Municipal, João Seabra, para darem conhecimento da Síntese da actividade desenvolvida no âmbito do Projecto-Piloto Mediadores Municipais. Na sequência de candidatura apresentada ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I.P. o Município de Aveiro, entre outros, foi seleccionado para a implementação do Projecto-Piloto “Mediadores Municipais”, o qual iniciou em Setembro de 2009, e foi prorrogado em 2010, tendo sido ainda aprovada a prorrogação do mesmo em Reunião de Câmara de 07/09/2011, por mais um ano, ou seja, até Setembro de 2012. O Projecto visa a intervenção de um mediador ao serviço da Câmara Municipal, em iniciativas promovidas por esta, no âmbito de um programa de

formação em contexto de trabalho, com o principal objectivo de melhorar o acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais e, facilitar a comunicação entre grupos culturalmente diferenciados, traduzir os conteúdos da interacção, prevenir e gerir conflitos.

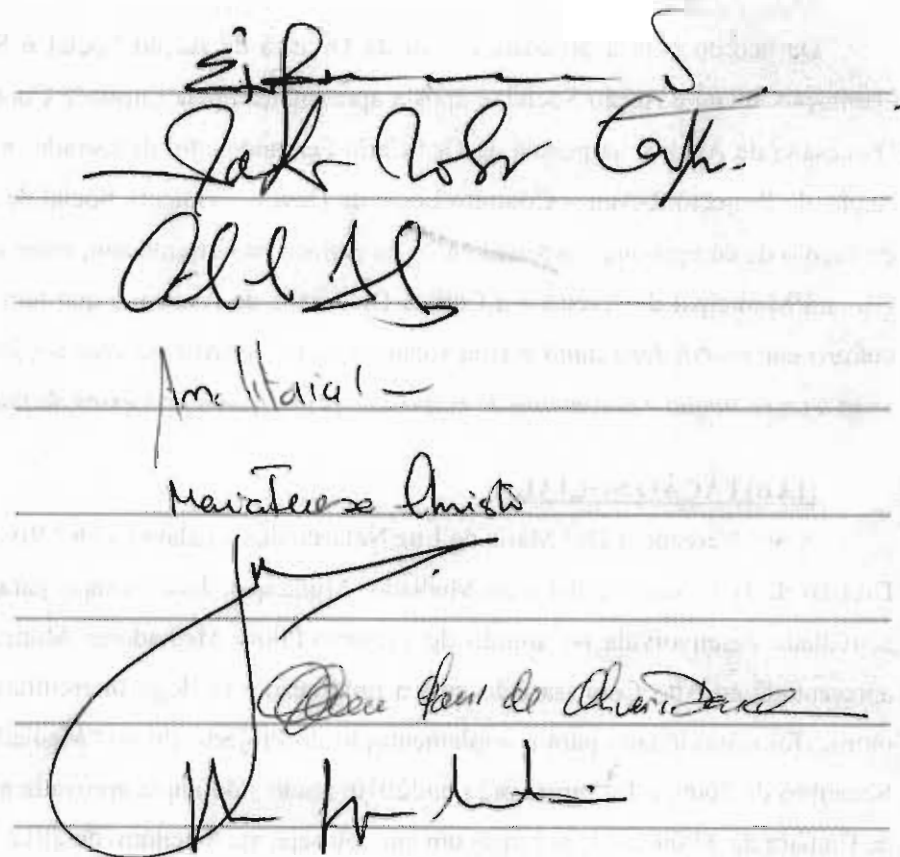
### HABITAÇÃO SOCIAL

No seguimento da proposta n.º 42, e considerando que no Município de Aveiro estão implantados vários Bairros Sociais de relevante dimensão e densidade populacional; e considerando a importância da inclusão pelo ensino artístico no que se refere ao crescimento equilibrado das crianças e jovens e como elo facilitador dos mecanismos de socialização junto da comunidade em geral, potenciador da captação de novos talentos de índole artístico-cultural, foi deliberado, por unanimidade ratificar o Projecto "Música nos Bairros"- Gera Sons.

### APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 22:20. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, João Carlos Vaz Portugal, João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo e de Pessoal.

  
A collection of handwritten signatures on a set of horizontal lines. The signatures are written in black ink and vary in style, including cursive and more formal script. Some signatures are partially obscured by others. The names are not legible due to the handwriting.